

---

# **TERRITÓRIOS DE DIREITOS CULTURAIS E ÉTNICOS DAS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA EM UBERLÂNDIA, MG**

Arley Haley Faria  
Universidade Federal de Uberlândia  
arley\_haley@yahoo.com.br

Prof. Dr. Rosselvelt José Santos  
Universidade Federal de Uberlândia  
rosselvelt@ufu.br

## **RESUMO**

O presente trabalho trata da formação e conservação dos territórios pelos membros das religiões de matriz africana na cidade de Uberlândia, estado de Minas Gerais, Brasil. Nossa análise é decorrente de uma metodologia que nos permitiu uma inserção no espaço vivido do grupo estudado e, por consequência, de uma maior interação com as pessoas, no sentido de observar as estratégias de territorializações empreendidas, a fim de reivindicarem os seus direitos culturais, étnicos e religiosos. O encontro com o diferente também foi analisado, na perspectiva do embate dos territórios.

**Palavras-chave:** território, cultura, fé.

## **ABSTRACT**

This work deals with the formation and preservation of the territories by members of the array of African religions in the city of Uberlandia, state of Minas Gerais, Brazil. Our analysis is due to a methodology that allowed us to an insert in the space of the group lived, by consequence, greater interaction with the people, to observe the strategies of territorialization undertaken to take on their cultural rights, ethnic and religious. The meeting with the different also was analyzed from the perspective of the clash of the territories.

**Key words:** territory, Culture, Faith.

---

## **Introdução**

No presente trabalho tivemos, como objetivo, analisar as manifestações das religiões de Matriz Africana na cidade de Uberlândia, estado de Minas Gerais, Brasil, e suas sobreposições com territórios de outros grupos religiosos, bem como as afirmações identitárias e reconhecimentos decorrentes do processo de controle e disputa por esses territórios.

Para atingir tais objetivos, compreendemos que seria necessária uma inserção no “espaço vivido” desses grupos. Consideramos o “vivido”, a partir da perspectiva de Santos (1999, p.111), como sendo “resultado de fatos que elevam o lugar como pertencimento, como uso do real e suas contradições”. Foi por meio dessa inserção que fora possível compreender os processos de formação de territórios, assim como do “embate”, entre grupos variados, pelo seu controle, a fim de se garantirem enquanto grupo e de afiançarem a reprodução de suas práticas. Essa inserção, no que consideramos ser o “espaço vivido” desses grupos, é parte do que compreendemos como pesquisa empírica; neste caso, o trabalho de campo nos permitiu verificar o que fora teorizado sobre a nossa problemática, em especial quanto aos conceitos geográficos.

### ***Do Espaço ao Território: do natural à construção.***

O espaço é compreendido como um conjunto de objetos e um conjunto de ações ou, no dizer de Milton Santos (2006 [1996], p.31), “o espaço reúne a materialidade e a vida que as anima”. O território é, então, uma construção social erigida a partir de manifestações e domínios no/do espaço. São essas manifestações e esses domínios que têm sido passíveis de interpretações variadas.

O Espaço não pode ser dissociado de outra categoria de análise: o tempo. A assertiva de Milton Santos (1988) de que o espaço pode ser entendido como sendo a “acumulação desigual dos tempos”

muito bem delimita a amplitude conceitual de espaço, uma vez que sua construção é resultado de interações sociais e históricas dos grupos que nele habitaram ou, de alguma outra forma, interferiram, criando nele territórios, lugares, redes... e modificando paisagens.

As construções e transformações do espaço em território são decorrentes de modificações, das mais variadas, no próprio espaço, e se dão pelas interferências e pelas relações que ocorrem concomitantemente. Segundo Andrade (2007, p.28):

(...) o espaço (...) reúne relações sociais que proporcionam transformações de várias ordens, ao longo de um determinado tempo histórico, e possui um caráter multidimensional, ou seja, agrupa aspectos culturais, religiosos, políticos e sócio-econômicos.

Entendemos, pois, que todos esses “caracteres multidimensionais” do espaço são capazes de construir territórios. Haesbaert (1995) assim delimita as vertentes básicas dessas abordagens:

- a) a jurídico-política, majoritária, inclusive no âmbito da Geografia, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal;
- b) a cultural(ista), que prioriza sua dimensão simbólica e mais subjetiva, o território visto fundamentalmente como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou da identidade social sobre o espaço; Guattari (1985) e, na Geografia, Tuan (1980) [*apesar deste segundo autor trabalhar com a denominação de lugar*], são os autores que, em diferentes posições, se aproximam desta abordagem;
- c) a econômica (muitas vezes economicista), hoje minoritária, que destaca a des-territorialização em sua perspectiva material-funcional, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho; as leituras de Moreira (1987) e Storper (1994) parecem-nos dois exemplos nesta linha. (HAESBAERT, 1995, p. 63-64, *grifo nosso*)

Mas afinal, o que são os territórios? São, em sua gênese, uma construção humana. Para Raffestin (1993), o território é “um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder”, ou ainda:

Evidentemente, o território (...) é uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder. Produzir uma representação do espaço já é apropriação, uma empresa, um controle, portanto (...) (RAFFESTIN, 1993. p. 44).

Raffestin considera ainda a formação territorial associada a redes, nós e malhas: “a produção territorial em ato é constituída de malhas, de nós e de redes que representam invariavelmente os instrumentos contra-aleatórios que todo grupo humano utiliza para construir uma reserva e, da mesma forma, se precaver contra as modificações do meio”. (1986, p.181).

A obra de Raffestin (1993) estabelece, contudo, essas relações pautadas em uma análise mais econômica e política do território. Outro autor que trabalha na perspectiva relacional de elementos variados, mesmo com malhas, nós e superposições, é Haesbaert, entretanto, sua análise é substanciada por uma vertente mais político-culturalista.

Outros autores destacam, em seus trabalhos, não os fluxos materiais ou expressos em imaterialidades subjetivas e integrantes de um determinado espaço, mas circunscrições e controles, regularmente bem definidas/delimitadas. Trata-se da abordagem mais tradicionalmente difundida e integrante do que poderíamos tratar como a Escola da Geografia Tradicional onde, compreendem eles, as fronteiras do Estado delimitam um Território; é esta a concepção jurídico-política deste conceito. A vertente mais cultural(ista) de compreensão do território está relacionada às relações afetivas, de pertencimento e de identidades relacionados ao espaço. Esta se aproxima de uma concepção subjetiva e simbólica, uma vez que atribui significados a recortes ou delimitações espaciais. Essa concepção culturalista pôde ser melhor detalhada em nosso estudo, onde a pesquisa de campo nos fez perceber que o grupo estudado, ou seja,

os membros das religiões de matriz africana, possui identidades com uma determinada porção do espaço que julga sagrada. É somente neste espaço sagrado que muitos dos seus rituais podem ser reproduzidos. Por ser sagrado, em suas concepções, esse espaço (ou espaços) são “objeto” de uma maior disputa e tentativa de controle. Assim, as formas de territorialização, nessa porção espacial, são veementemente mais intensas.

### ***Usos e apropriação do espaço para práticas religiosas dos grupos estudados.***

Sendo, então, o espaço sagrado necessário para a reprodução dos grupos étnicos/religiosos de Matriz africana – sobretudo Candomblé e Umbanda - de suas identidades, o principal, de sua crença e religiosidade, é que as iniciativas de controle, influência, poder e autoridade desses espaços se dêem com mais intensidade.

Além dos espaços em meio natural (por serem a “morada” de seus Orixás, Inquices, Guias, Voduns – tantas denominações possíveis na heterogeneidade dessas religiões) o templo, ou seja, suas casas religiosas (Terreiros, Tendões, etc.), são também espaços sagrados de sua devoção. Esses são, portanto, a continuidade do sagrado. É um ambiente de sua religiosidade, acompanhado por ritos, rituais, toques, é neste espaço que se encontra uma passagem livre entre o cosmo e o mundo homogêneo, profano.

Esses lugares sagrados podem ser interpretados como sendo territórios desses grupos, na medida em que exercem, em maior ou menor grau, poder, influência e autoridade sobre este ou aquele espaço, ou, no mais das vezes, sobre quem neles se insere. O sagrado, buscado como território, pode ser entendido, então, a partir de sua delimitação enquanto propriedade – são seus templos, casas, terreiros –, ou enquanto apropriação – espaços alheios utilizados para a reprodução cultural e religiosa do grupo –. Vejamos:

### ***Propriedade x apropriação***

O território pode ser compreendido a partir de duas conotações distintas. A primeira situa-se sob a égide da materialidade: o território encontra sua afirmação conjugada a duas dinâmicas de dominação: legalidade e política. É, neste caso, a *propriedade*. Num segundo momento, a outra conotação apresentada quanto à definição do território é marcada pelo simbólico, pela *apropriação*; está intimamente relacionada ao “vivido”, com a relação imediata do homem com o espaço – individual ou coletivamente –, compartilhando identidades e pertencimentos.

A propriedade, então, entendida como território materializado num determinado espaço a definir funções, é compreensível nas vertentes que tratam de sua criação e manutenção, na perspectiva “jurídico-política” e/ou “econômica” do território. Já a apropriação, por sua vez, está ligada a conjugações próprias da vertente “cultural(ista)”, onde as análises priorizam a dimensão simbólica e subjetiva de quem as constrói e/ou mantém; o território é fruto, sob essa ótica, “da apropriação feita através do imaginário e/ou da identidade social sobre o espaço” (HAESBAERT, 1995, p.63). É sob este ponto que consideramos essa interconexão entre as diferentes formas de se abeirar do conceito de território, possibilitando a análise de que essas abordagens imbricam-se numa interpretação que se funde, ou seja, que se encontra nas análises do poder, influência e controle de determinada área.

Henri Lefebvre (1974) e Odette Seabra (1996) tecem considerações sobre a distinção entre propriedade e apropriação (“possessão”) do espaço. Segundo esses autores, os valores de cada um estão expressos pela materialidade de um (propriedade) e pela simbologia de outro (apropriação). No primeiro caso, o valor é o que podemos chamar de “valor de troca”, funcional, materialmente constituído; já no segundo, impregnado do simbólico, o “valor de uso” sobressai (HAESBAERT, 2004).

Assim, segundo Lefebvre (1974, p.411-412):

O uso reaparece em acentuado conflito com a troca no espaço, pois ele implica “apropriação” e não “propriedade”. Ora, a própria apropriação implica tempo e tempos, um ritmo ou ritmos, símbolos e uma prática. Tanto mais o espaço é funcionalizado, tanto mais ele é dominado pelos “agentes” que o manipulam tornando-o unifuncional, menos ele se presta à apropriação. Por quê? Porque ele se coloca fora do

tempo vivido, aquele dos usuários, tempo diverso e complexo.

São, então, dois momentos distintos “um (...) racional, o da dominação pela técnica, pelos instrumentos, pela lógica, e o outro o da apropriação, que inclui o afetivo, o imaginário, o sonho, o corpo, o prazer: em uma palavra, a possibilidade da obra” (SEABRA, 1996, p.73). “A possibilidade da obra”, neste estudo, está relacionada ao uso. Mas uso do quê? Uso do espaço. Desta forma, a apropriação está referenciada a questões de qualidade, atributos, enquanto a propriedade se relaciona a comparações quantitativas, igualações formais, quantidades. (SEABRA, 1996).

Nos espaços sagrados, usar, sob tal maneira, o espaço, implica um processo de territorialização. São construídas, assim, *territorialidades*, que só permitem a compreensão do território se forem conhecidas as interações, as identidades e as pertencas decorrentes das relações sociais estabelecidas nos eventos religiosos. A *territorialidade* pode ser reconhecida, portanto, como uma ação, uma estratégia de controle. Em se tratando de estratégia, a estratégia de transformação do espaço vivido em território, na medida do uso, da apropriação, também é ressaltada por Seabra (1996): “(...) Há uma dimensão da territorialidade que se liga ao vivido, sem o que não há vida; trata-se de uma escala demarcável do espaço”. Assim:

(...) nesses termos o espaço é estratégia. É preciso circunscrever, prescrevendo as territorialidades, o que não se dá sem contradição: a formalização da exclusão, a não propriedade; O uso recusado, aquele que não cabe nas prescrições da propriedade, não se pode abolir. Assim recusado, o uso continua como ausência, exclusão da propriedade, e como conflito (...). Nisso está o conflito, a insurgência do uso. (SEABRA, 1996, p.86).

Dessa forma, para Lefebvre (1986, p.191), “o espaço dominado é geralmente fechado, esterilizado, esvaziado. Seu conceito não adquire seu sentido a não ser por oposição ao conceito inseparável de apropriação”, e, por consequência da oposição entre apropriação e propriedade; esclarece que “sobre um espaço natural modificado para servir às necessidades e às possibilidades de um grupo, pode-se dizer que este grupo se apropria” (p.192). É neste sentido que as práticas humanas, no caso em estudo, religiosas, na maioria das vezes, insurgem no espaço, construindo seus territórios na perspectiva do uso, pois, para que se reproduzam, é necessário que se territorializem, ou seja, construam no espaço seus territórios sagrados. Essas práticas só se consolidam a partir de sua reprodução enquanto rituais, comportamentos, símbolos, significados, trabalho e valores estéticos, numa determinada porção espacial que permita essas reproduções.

Neste sentido, “o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva ‘*apropriação*’” (HAESBAERT, 2004, p.01), uma vez que é a partir da apropriação do espaço que se pretende “atingir/afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e *relacionamentos*” (SACK, 1986, p.6 *grifo nosso*).

Desta forma,

Na realidade, o território é um importante instrumento da existência e da reprodução do agente social que o criou e o controla. Apresenta, além do caráter político, um nítido caráter cultural, especialmente quando os agentes sociais são grupos étnicos, religiosos ou de outras identidades (ROSENDAHL, 2005, p.201).

Contudo, na perspectiva de Haesbaert (1995, p.60), “o território deve ser visto não apenas na perspectiva de um domínio ou controle politicamente estruturado, mas também de uma apropriação que incorpora uma dimensão simbólica identitária e, podemos dizer, afetiva.”

### ***O embate entre grupos e a restrição de usos no domínio do território.***

Em uma pesquisa de campo, um representante da Federação de Umbanda e Candomblé de Uberlândia comentou quanto às práticas de oferendas aos orixás em cachoeiras e seus entornos. As dificuldades e as restrições impostas à reprodução das práticas religiosas foram assim assinaladas:

É difícil deixar oferenda na cachoeira, o proprietário não deixa, mas a gente usa, é lá que tem que ser feito, e na floresta em volta, precisa de campo vibratório, precisa do lugar apropriado. Eles não deixam porque diz que a gente polui, nem todo mundo polui, a gente deixa as oferendas em folhas de bananeira, é natural, é coisa natural. Diz também que não quer a gente lá<sup>1</sup>.

Percebe-se, assim, o embate constante entre propriedade e apropriação, gerando um movimento que implica a construção do território pelo uso, pela relação social manifestada e interpretada a partir dos sentimentos. Esse movimento, propriedade-apropriação, fora abordado por Seabra (1996), que assim o definira:

A questão do movimento dialético entre a propriedade e a apropriação está formulada como momentos ínfimos que implicam o âmbito do vivido, lugar dos embates entre os diversos processos de institucionalização da vida, como princípios lógico-políticos. Estes embates se travam na textura fina da sociedade, e têm de subverter formas de uso, revolver costumes. (*grifo nosso*).

Neste sentido, vários grupos podem até mesmo se entrelaçar, compartilhar o mesmo território, em usos diferentes. Assim, é importante ressaltar que esse movimento, ou seja, a apropriação e o uso, não encerra as disputas pelo território, unicamente vinculados à propriedade. No caso das cachoeiras, vários grupos disputam o mesmo território. Um exemplo próximo seria a constituição do espaço da cachoeira e do seu entorno como territórios/territorialidades múltiplas ou, melhor, de sobreposição de práticas humanas, pois há, nele, interesses não somente da prática religiosa, mas do uso para o lazer, se pensarmos a prática social do ócio. Para banhistas, por exemplo, que usam a cachoeira como lugar de lazer, as práticas religiosas em seu entorno não são aceitáveis:

É complicado aceitar esse tipo de coisa. A gente chega aqui para tomar banho, para usar a cachoeira e ela tá sempre suja, com resto de comida, com essas oferenda. Chegar até a cachoeira já é complicado, em volta dela tá tudo sujo, chei de caco de vidro, de cerâmica, de comida<sup>2</sup>.

Neste caso, os usos do mesmo território ocorrem em momentos diferentes, pois essas diversidades de práticas sociais criam inibições. Contudo, as diversidades das práticas humanas promovem múltiplos territórios, estabelecem no mesmo espaço socialidades, ainda que tanto as cerimônias religiosas quanto o uso que fazem os banhistas manifestem intranqüilidades, oposições e resistências. No caso do banhista, a cerimônia religiosa, mesmo ocorrendo quando ele não faz uso da cachoeira, no entendimento de seu relato, cria constrangimentos e até mesmo incômodos e desconfortos.

Percebe-se então, a partir desses exemplos, que são expressos sentidos de identidade espacial de diversos grupos com cada território, ou com territórios que tentam construir.

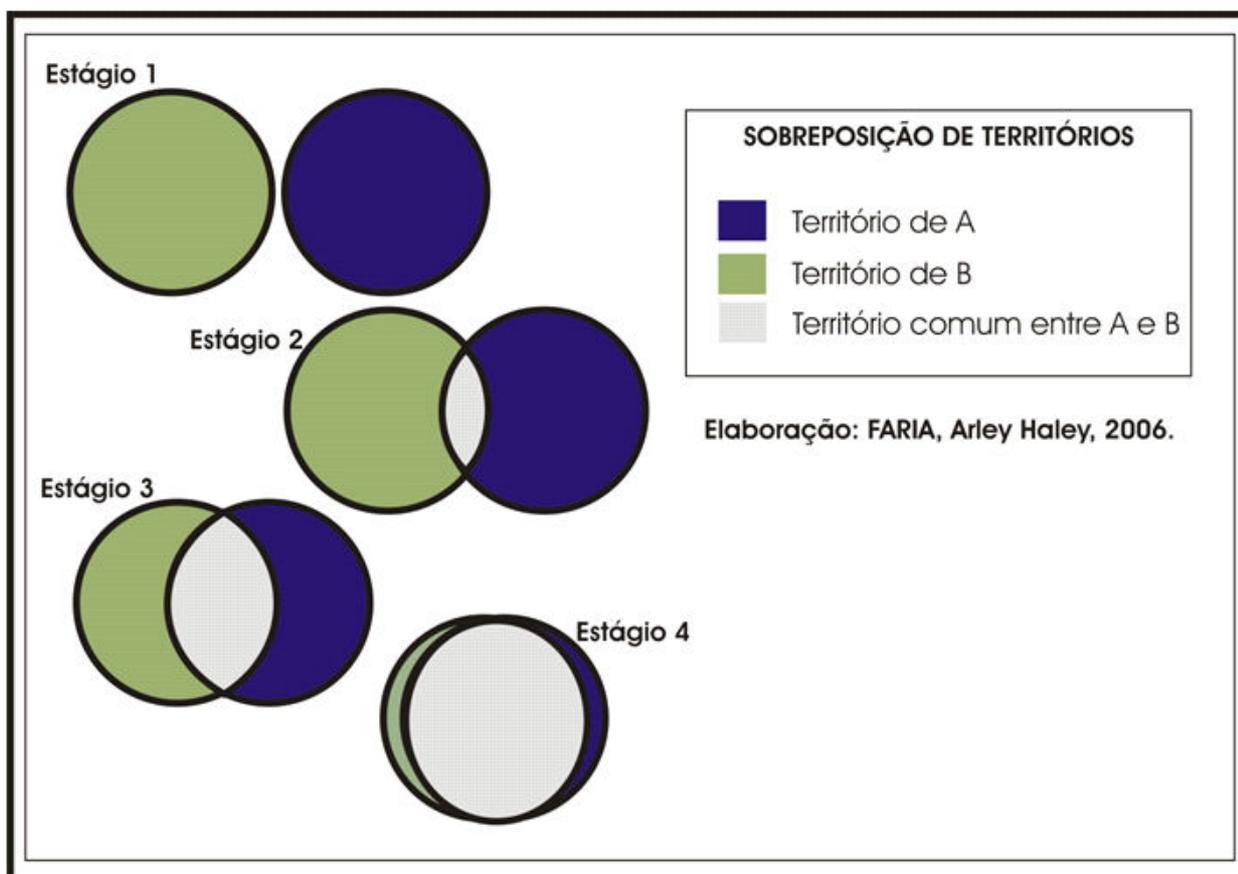
No exemplo dado anteriormente – do banhista e do religioso – os usos constroem, no mesmo espaço, territórios. Esse espaço gera uma identidade diferente em cada um desses sujeitos, pois tanto para um como para outro esse único espaço proporciona a reprodução de sua identidade; a partir disto, criam nele mecanismos de reprodução dessas identidades por meio do uso, estabelecendo, então, uma territorialização.

No espaço da cidade, a diversidade social, ao produzir o encontro com o outro, pode gerar trocas, misturas simbólicas que resultam em sensões múltiplas e pertencimentos, comprometendo, assim, a sobrevivência dos vínculos sociais do grupo com o território:

Nesse encontro, geram-se convivências (...) e trocas de informação que causam a instabilidade identitária, a negação e o conflito, acentuando a necessidade de se proteger aspectos e atributos identitários. Nesse jogo de identidades, são produzidas várias apropriações sociais em grande escala (em micropartes do espaço urbano); ou seja, no encontro e na reunião dos “iguais”, procura-se solidificar o campo de relações e materializar os signos e valores constituintes da identidade (COSTA, 2005, p. 87).

Sob tal premissa, observaram-se relatos de membros dessas religiões condenando outros, no sentido

de sua prática religiosa. Muitos não aceitam, ou não vêem com bons olhos, que alguns de seus membros vivenciem o ambiente de outras religiões. Houve relatos, por exemplo, de membros do Omolokô e do Candomblé que condenavam outros por presenciarem rituais na Umbanda ou missas na Igreja Católica. A justificativa, segundo eles, seria uma possível descaracterização cultural de suas religiões, ao haver a possibilidade de ocorrer, por exemplo, trocas ou “misturas sincréticas” entre uma e outra e, assim, uma possível descaracterização e enfraquecimento dos territórios de usos do grupo. Há, contudo, uma relação direta com outros grupos, do qual se compartilham outras identidades; sob essa perspectiva, podem ocorrer, além da confusão identitária, conflitos e necessidades de se protegerem os territórios de reprodução de suas práticas e rituais. É neste sentido que pode se insurgir o uso e a autonomia de determinado espaço. Tanto maior será acentuado o conflito quanto maiores forem as áreas de sobreposição desses territórios. Esses estágios estão expressos na figura 1.



Elaboração: FARIA, Arley Haley, 2006.

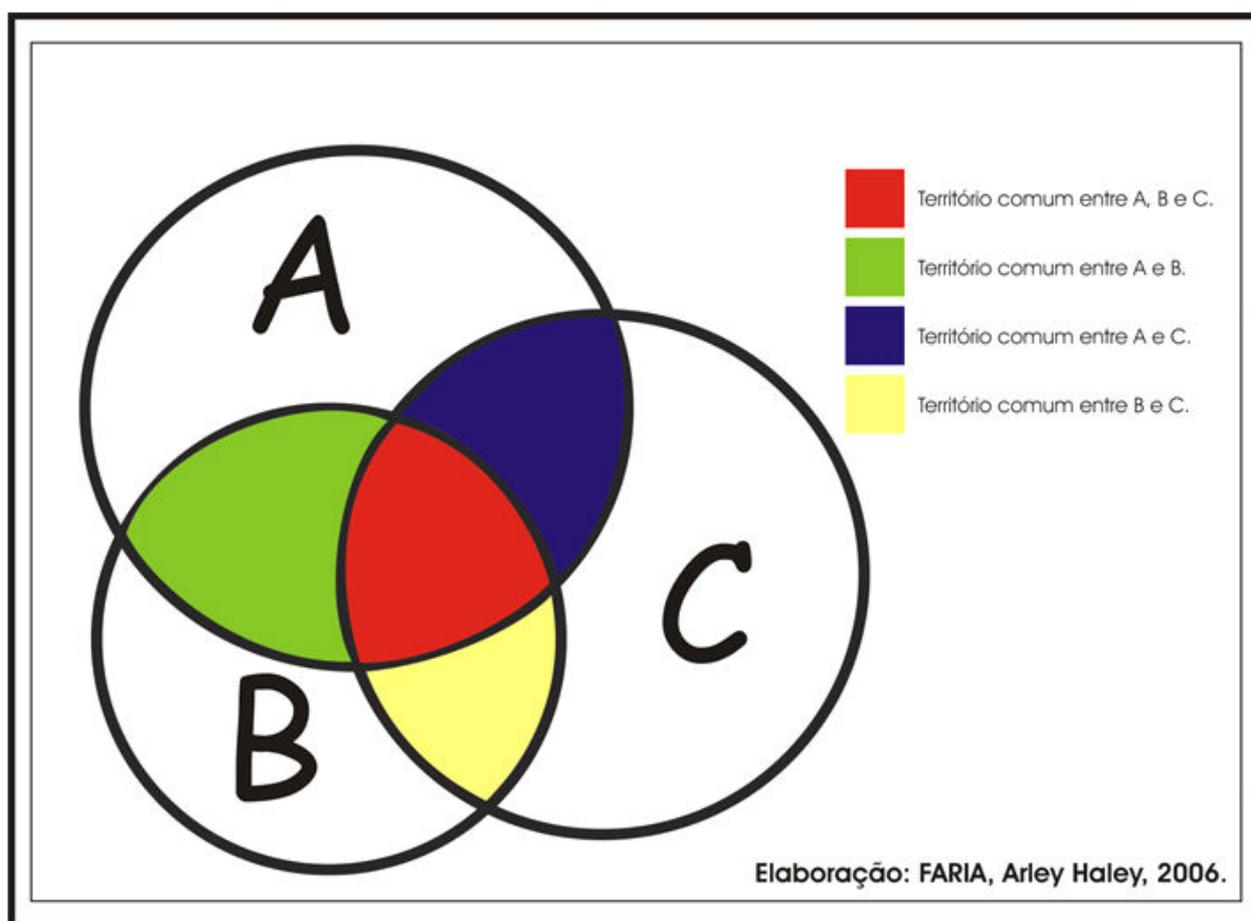
**Figura 1** - Sobreposição de territórios, possíveis estágios de conflito.

Em alusão a um exemplo da pesquisa relaciona-se, ainda, o caso do banhista e do religioso; quando se pensa o espaço de manifestação de suas práticas totalmente diferentes, ou seja, o território por apropriação de um e de outro não sobrepostos, não há conflito pelo seu uso. Se pensarmos, contudo, o território do banhista como sendo a cachoeira e a mata ao seu redor e a prática de oferendas (enquanto território) se restringisse somente a esta segunda (a mata), haveria uma sobreposição parcial desses territórios, podendo-se iniciar, aí, um conflito. Assim, tanto maior poderá ser o conflito quanto maiores forem as sobreposições destes territórios.

Compreende-se, por meio deste esquema, que os processos de conflito tendem a aumentar de acordo com o estágio de sobreposição desses territórios, o que torna o conflito ainda mais acentuado, na medida em que mais grupos compreendam pertencimentos com um mesmo espaço – conforme figura 2. Nesse exemplo, a diversidade da cidade é expressa de maneira a facilitar a compreensão dos usos e apropriações do espaço, uma vez que, numa mesma porção espacial, possa haver conflitos envolvendo diversos grupos sociais.

Também está relacionada a esta discussão a “disputa” direta pela influência de pessoas com outros grupos religiosos. Segundo um entrevistado, membro da religião do Candomblé, seus rituais e práticas têm sido comprometidos por causa de membros de outras religiões, principalmente de religiões pentecostais, que são vizinhos do seu terreiro.

Os caras não deixam a gente se manifestá, quando ouve os batuques logo querem chamá a polícia, diz que tá fazendo muito barulho... sem contá que ficam aqui na porta convidando para a religião deles o pessoal que vem pra cá, falando mal da nossa religião e tudo<sup>3</sup>.



Elaboração: FARIA, Arley Haley, 2006.

**Figura 2** - Incorporação parcial entre diversos territórios.

Segundo Machado (1997), a expansão do pentecostalismo tem sido “mais evidente junto às parcelas mais desprivilegiadas social e economicamente da população” (p.36). Essa característica socioeconômica também se assemelha com a dos membros dos grupos das religiões de matriz africana, na cidade de

Uberlândia. Ao conseguir, então, esvaziar essas religiões, “angariando” seus adeptos, as religiões pentecostais se fortalecem, enfraquecendo as primeiras, pois a reprodução do grupo depende das pessoas que dele participam.

### ***Considerações Finais: das formações de territórios como insurgência de fatores sociais***

Percebemos, a partir deste estudo, que as práticas humanas carecem de espaço e de tempo, e que as territorialidades de diversos grupos se imbricam num mesmo espaço. As práticas humanas vão-se manifestando numa sobreposição de territórios que implicam tentativas de controle, mas que resultam em usos e apropriações de diversos pontos do espaço urbano. Desse modo, entende-se que a sobreposição de territórios é mais intensa quando se verifica que estes são construídos pela apropriação e uso do espaço, ou seja, quando os pertencimentos geram o sentido de domínio sobre determinado espaço.

A apropriação, por sua vez, não se circunscreve em fronteiras nitidamente físicas. Sob uma perspectiva política e social, esta pode ser considerada difusa. Numa concepção histórica, percebe-se que o sentido de domínio sobre determinado lugar é transportado entre as gerações por meio de transmissões de valores, sentidos que se manifestam e expressam vínculos territoriais cujos fundamentos são sociais, históricos e étnicos. Neste sentido, a insurgência pelo uso – neste caso específico com a criação de territórios que permitam sua reprodução enquanto grupo – é estratégia de embates, por causas variadas. Avançam, deste modo, sobre a idéia de um território que apenas permita sua reprodução e sobrevivência enquanto grupo, e atingem um estágio de insurgência e afirmação frente a outras esferas da vida.

Neste sentido, o território teria a função de sustentação das práticas humanas, pois demonstram enraizamentos. Assim aparecem, na cidade de Uberlândia, territorialidades de grupos variados, manifestadas nos usos e apropriações do espaço. Também são comuns embates em um mesmo espaço, a fim de instituírem seus territórios; nascem, com isso, as territorializações de grupos historicamente complexos, como é o caso dos afro-descendentes.

O entendimento de suas condições históricas – e da condição do território enquanto sustentação à insurgência de grupos subordinados – leva a entender que as estratégias de territorialização de seu grupo religioso ultrapassam a idéia de afirmação religiosa e, ao mesmo tempo, se imbricam na construção de seu território e de sua afirmação enquanto grupo étnico, religioso e social.

Desse modo, trata-se de conquistas não apenas do que os caracteriza como homens religiosos, mas como sujeitos sociais que reivindicam, na cidade, o seu direito à religiosidade e à cultura, uma vez que, compreendida a condição histórica desse grupo, enquanto subordinado, a insurgência enquanto grupo os “eleva” às mesmas esferas sociais de outros grupos, culturalmente e territorialmente constituídos. O objetivo principal, nessa insurreição, é a afirmação da diferença e o seu reconhecimento.

Percebe-se que o processo de territorialização desse grupo avança no sentido de afirmação territorial e cultural, perante outros grupos culturais e sobre outras religiões. Neste sentido, a luta pela construção dos territórios, com outros grupos, avança por questões que vão além do religioso, ou seja, permeia o direito à cultura e às suas manifestações étnico/religiosas.

Essa manifestação pelo direito de usar o espaço, convertendo-o em territórios, revela as dimensões da vida cultural e religiosa na cidade, bem como a insurgência dos grupos sociais. São criados eventos, federações, que possuem, por exemplo, forte influência com a Secretaria de Cultura do município de Uberlândia.

Em uma questão de escala, entende-se, pois, que se trata de microterritorializações (construção de microterritórios) no espaço da cidade, uma vez que se caracteriza fragmentada. Não há uma grande extensão territorial demarcável, desses grupos. Os territórios são construídos em âmbitos locais, próximos aos seus membros.

Quanto à sobreposição de territórios (por apropriação, ou seja, uso), é importante ressaltar que, se dominado por um único grupo ou agente, o território se aproximaria das características daquele, erigido a

partir da propriedade. Acabaria se funcionalizando (unifuncional). Assim, os usos, que não os prescritos na unifuncionalidade do território, se instituiriam recusados. Surgiria, então, um outro nível que não o da apropriação e da propriedade. Depois de recusados, inibidos, instituir-se-ia uma outra parte do processo, envolto num movimento dialético, algo novo que, não sendo mais propriedade nem apropriação (mas produto unifuncional da apropriação), revolucionaria e retornaria o conflito/embate com a própria apropriação e com a propriedade, sob uma outra perspectiva, a dos direitos a religiosidade, cultura, etnicidade e portanto, a de usar o espaço da cidade.

### Notas

<sup>1</sup> Entrevista de campo, junho de 2006.

<sup>2</sup> Banhista em entrevista de campo, outubro de 2006.

<sup>3</sup> Entrevista em pesquisa de campo, novembro de 2006.

### Bibliografia

COSTA B. P. As relações entre os conceitos de território, identidade e cultura no espaço urbano: por uma abordagem microgeográfica.. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto LOBATO. (Org.). **Geografia: temas sobre cultura e espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2005.

GIL, Izabel Castanha. Territorialidade e Desenvolvimento Contemporâneo. **Revista NERA**, Ano 7, n.4. Janeiro/Julho, 2004.

HAESBAERT, R. **Dos múltiplos territórios á multiterritorialidade**. Porto Alegre: 2004.

\_\_\_\_\_. **Gaúchos e Baianos: Modernidade e Desterritorialização**. Tese (Doutorado em Geografia Humana). USP, 1995.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

\_\_\_\_\_. **La Production de l'Espace**. Paris: Anthropos. 1986(1974).

MACHADO, M. S. A Territorialidade Pentecostal: uma contribuição a dimensão territorial da religião. **Revista Espaço e Cultura**, UERJ. Rio de Janeiro, v. nº4, p. 37-51, 1997.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROSENDAHL, Zeny, Território e Territorialidade: Uma perspectiva Geográfica para o Estudo da Religião. In: ROSENDAHL, Z e CORRÊA, R.L. (org) **Geografia: temas sobre cultura e espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2005.

SACK, R. **Human Territoriality. Its Theory and history**. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1986.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo/razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Rosselvelt José. Pesquisa empírica e trabalho de campo: algumas questões acerca do conhecimento geográfico. **Revista Sociedade e Natureza**, n.º. 21 e 22, pp.111-125. 1999.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. A Insurreição do uso. In: MARTINS, José de Souza. **Henri Lefebvre eo retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec. 1996.

Trabalho enviado em junho de 2008

Trabalho aceito em setembro de 2008

